

**TC – 010.328/2013-0**

**Tipo:** Tomada de Contas Especial

**Unidades jurisdicionadas:** Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA.

**Responsável:** Marly Assis de Andrade Feiger (CPF: 618.968.452-15) e Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO (CNPJ: 63.788.020/0001-99).

**Advogado ou Procurador:** não há

**Inte ressado em sustentação oral:** não há.

**Proposta:** citação.

## INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Geral de Gestão Financeira e Contabilidade do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em desfavor da Sra. Marly Assis de Andrade Feiger, Presidente da Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO, em razão de ausência de documentação complementar à prestação de contas final, quanto aos recursos repassados à Associação dos Produtores Alternativos, por força do Convênio nº 48/2003 e termos aditivos, SIAFI 487491, celebrado com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA.

2. A celebração do convênio teve como objeto desenvolver e testar estratégias inovadoras de gestão ambiental na agricultura familiar em áreas de assentamento de reforma agrária (Assentamento Margarida Alves – Nova União/RO), viabilizando alternativas sustentáveis no uso dos recursos naturais e proporcionado a manutenção da floresta e de sua sustentabilidade sócio-econômica e ambiental, por intermédio de iniciativas concretas para o desenvolvimento local.

## HISTÓRICO

3. Conforme disposto na cláusula terceira do termo de convênio, que especificou o valor do ajuste (peça 3, p. 3), foram previstos R\$ 243.086,00 para a execução do objeto, dos quais R\$ 198.114,00 seriam repassados pelo concedente e R\$ 44.972,00 corresponderiam à contrapartida.

4. Os recursos federais repassados pelo órgão concedente, totalizando R\$ 198.114,00 foram creditados na conta específica nº 16.212-4, Agência 1404-4, Banco do Brasil, conforme segue:

Ordem Bancária Nº	Valor da OB (R\$)	Data da OB	Data Crédito e em Conta
2003OB000524	6.374,00	23/12/2003	26/12/2003
2003OB000525	6.374,00	23/12/2003	26/12/2003
2003OB000526	10.458,00	23/12/2003	26/12/2003
2003OB000527	5.061,97	23/12/2003	26/12/2003
2003OB000528	4.697,03	23/12/2003	26/12/2003
2004OB900023	699,00	27/4/2004	29/4/2004
2004OB900127	49.795,00	15/6/2004	18/6/2004
2004OB900128	49.335,00	15/6/2004	18/6/2004
2004OB900434	65.320,00	23/12/2004	27/12/2004

5. O ajuste vigeu no período de 19/12/2003 a 31/7/2005, após três aditivos (peça 3), e previa a apresentação da prestação de contas até 60 dias do final de sua vigência, conforme cláusula quarta do termo de convênio.

6. O Relatório de Tomada de Contas Especial nº 24/2009, de 2/12/2009 (peça 5), concluiu pela responsabilidade da Sra. Marly Assis de Andrade Feiger, Presidente da Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO, em razão da ausência de documentação complementar à prestação de contas final do Convênio 48/2003, pelo valor total transferido de R\$ 198.114,00. A inscrição em conta de responsabilidade, no SIAFI, foi efetuada mediante a Nota de Lançamento nº 2009NL000111, com os valores atualizados monetariamente em 3/12/2009 no valor de R\$ 422.117,59 (peça 9, p. 29).

7. A Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União, por meio do Relatório e Certificado de Auditoria nº 77/2013, ratificou as conclusões dos Tomadores de Contas (peça 5). Pronunciou-se no mesmo sentido o Dirigente do Órgão de Controle Interno (peça 6, p. 6). O Ministro de Estado do Meio Ambiente, na forma do art. 52 da Lei 8.443/1992, atestou haver tomado conhecimento das conclusões do Controle Interno sobre a presente Tomada de Contas Especial e determinou o seu encaminhamento ao TCU (peça 7).

### **EXAME TÉCNICO**

8. Preliminarmente, cumpre registrar as observações lançadas pela Controladoria Geral da União em seu relatório de auditoria, quanto à morosidade na instauração do procedimento de Tomada de Contas Especial – TCE 24/2009, ocorrida em 25/11/2009, tendo em vista que o convênio 48/2003 encerrou sua vigência em 31/7/2005 (peça 6, p. 2).

9. Não obstante a morosidade na instauração da Tomada de Contas Especial, o órgão concedente esgotou todas as medidas administrativas internas para a obtenção do ressarcimento pretendido, tendo solicitado reiteradamente a apresentação de detalhamentos e esclarecimentos concernentes às atividades executadas pela convenente. Desta forma, oportunizou-se à responsável o atendimento do postulado constitucional do contraditório e da ampla defesa (peça 8). Restando, portanto, atendido o disposto no artigo 1º, § 3º, da Instrução Normativa-TCU nº 56/2007.

10. O órgão instaurador definiu a responsabilidade da Presidente da Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO, a Sra. Marly Assis de Andrade Feiger, pelo débito correspondente a 100% dos recursos repassados, com base nas datas das respectivas ordens bancárias, e sob o fundamento da ausência de documentação complementar à prestação de contas (peça 4).

11. Quanto aos responsáveis, esta unidade técnica entende que a Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO deve ser responsabilizada solidariamente com sua presidente. Esse posicionamento está em consonância com a nova súmula do TCU nº 286 que estabelece: “A pessoa jurídica de direito privado destinatária de transferências voluntárias de recursos federais feitas com vistas à consecução de uma finalidade pública responde solidariamente com seus administradores pelos danos causados ao erário na aplicação desses recursos.”

12. No que tange às datas de ocorrência dos débitos, esta unidade técnica considera as datas dos correspondentes créditos em conta específica, conforme consta na 4ª coluna da tabela do parágrafo 4. (peça 5, p. 37-50), diferentemente do órgão instaurador da TCE, que considerou as datas das ordens bancárias.

13. Considerou-se como valor do dano ao erário, a totalidade dos recursos repassados, que corresponde ao valor original de R\$ 198.114,00, tendo em vista que o relatório de prestação de contas final encaminhado pela convenente foi apresentado de forma resumida, deixando vários pontos a serem esclarecidos, o que impediu a emissão de parecer conclusivo no que se refere aos aspectos físicos do convênio, conforme detalhado no Parecer Técnico nº 198/2007 GEPRO/FNMA, de 7/12/2007 (peça 9, p. 1 - 12).

14. De acordo com o citado parecer técnico, restaram sem atendimento pela conveniente as seguintes solicitações:

a) **atividade 1.1 da meta do plano de trabalho** - informar as ações realizadas no segundo dia de campo de forma minuciosa e os motivos da realização de apenas 2 dias de campo quando foram previstos 8;

b) **atividade 1.2** - detalhar dia a dia as ações desenvolvidas para realização do inventário;

c) **atividade 1.3** - encaminhar relatório completo do resultado da ação, com registro fotográfico da área inventariada;

d) **atividade 1.4** - encaminhar cópia do projeto de manejo protocolado na Gerência de Ji-Paraná/RO;

e) **atividade 1.5** - encaminhar comprovação da implantação das 6 unidades de Sistemas Agroflorestais - SAF's com 1 ha cada previstas no projeto, incluindo a identificação das espécies implantadas, avaliação dos SAF's juntamente com esquema de plantio, localização, identificação do produtor e croqui de cada SAF;

f) **atividade 3.1** - encaminhar registro fotográfico do laboratório montado no Prédio da Associação Beneficente Santa Cruz;

g) **atividades 4.1 e 4.2** - encaminhar uma amostra da camiseta e dos brindes produzidos, justificar a ausência do site e encaminhar as outras duas cartilhas previstas para serem produzidas;

h) **atividade 4.3** - detalhar a participação nos 2 seminários realizados em Brasília com nome dos representantes e natureza do evento;

i) **atividade 4.4** - descrever quando foi realizada a oficina participativa, com os participantes e resultados alcançados e apresentar uma cópia do plano de comunicação social e divulgação;

j) **atividade 5.2** - apresentar os resultados alcançados no Fórum de acompanhamento e avaliação que aconteceu no auditório da Ceplac;

l) **atividade 5.3** - encaminhar documento contendo o detalhamento do programa de continuidade, sendo que deveria ter sido estruturada a partir da realização de uma oficina participativa.

15. Ademais, o Parecer Financeiro nº 63/2008 CORE/FNMA (peça 9, p. 15 - 24) apontou diversas irregularidades, com indícios de malversação dos recursos, para as quais a gestora da entidade conveniente não apresentou justificativa, conforme relação a seguir:

a) a relação de pagamentos encontra-se desprovida, em grande parte, da informação referente ao número de título correspondente às despesas efetuadas, desobedecendo ao art. 20, da IN/STN 1/97, de forma a impedir a identificação e controle das referidas despesas;

b) os itens 750 a 974 da relação de pagamentos referentes a despesas com recursos do FNMA e os itens 1011 a 1017, referentes a despesas com recursos da contrapartida, foram glosadas, pois as despesas, foram efetuadas fora do prazo de vigência do Convênio;

c) os recibos de diárias apresentados não trazem as informações requeridas pelo art. 70, do Decreto 343, de 19/11/91, então vigente;

d) a numeração dos recibos não é sequencial; há caso de recibos mais recentes com números sequenciais menores que outros mais antigos (para exemplificar: o recibo 417 foi emitido em 08/10/04 e o de número 336 em 11/11/04; o recibo 531 foi emitido em 26/03/04 e o 367 em 03/10/05). Ademais, numerosos recibos não apresentam datas ou estão com data rasurada, corrigindo o ano de 2005 para o ano de 2004 (recibos 206 e 207);

e) as assinaturas dos recibos 64 e 531, da credora Stella Freitas, são diferentes;

f) os recibos de prestação de serviços não são os RPA's regulamentares. Além disso não foram apresentados os comprovantes de recolhimento de TRRF e INSS;

g) apresentação de cópia da 4ª via da Nota Fiscal de aquisição de motocicletas, o que não comprova a efetiva entrega dos veículos;

h) as despesas com supermercado apresentam em suas notas fiscais a aquisição de diversos produtos não alimentícios, como: creme dental; condicionadores; óleo de amêndoas; absorventes higiênicos; cera inglesa. Não se verificou a reposição do recurso gasto indevidamente a conta do Convênio;

i) os comprovantes de despesas não estão devidamente identificados com referência ao título e número do convênio, contrariando o caput do art. 30, na IN/STN 1/97;

j) o pagamento ao Sr. Fernando Azevedo Cortes, recibo 150, datado de 02/08/04, foi efetuado por meio de transferência sem cobrança de CPMF, sendo que o titular da conta é “ACR Vendas de Palmito”;

k) não está devidamente comprovado, mediante requisição de abastecimento e controle de uso de veículos, que as despesas de combustível relacionam-se a atividades do projeto;

l) os itens 429, 430 e 431 foram lançados como elemento de despesa OST – Pessoa Física, sendo o credor “Agrimaiz Ltda.” Pessoa Jurídica;

m) os recibos referentes aos itens 986 e 987 não foram assinados;

n) foram adquiridos 4 aparelhos GPS, sendo que o projeto previa a aquisição de apenas um aparelho. Além disso, os GPS's não constam na lista de bens adquiridos;

o) os comprovantes de despesas referentes aos itens 717 a 728; 741 e 742 não apresentam como devedor o conveniente em questão;

p) após a liberação da 3ª parcela, a conta corrente específica do convênio não foi utilizada em conformidade com o caput do art. 20, da IN/1/97, sendo movimentada apenas com transferências anônimas, sem a identificação do credor;

q) apesar dos extratos evidenciarem que os recursos foram aplicados em fundos de investimento, não foi apresentado o demonstrativo dos rendimentos. O demonstrativo da execução da receita e despesa apresentado não informa a aferição de rendimentos. Entretanto, em demonstrativo avulso, há a informação de rendimentos da ordem de R\$ 9.300,00, que foram gastos irregularmente, sem prévia autorização do órgão concedente;

r) a partir de 14/5/2004 verificou-se que as tarifas bancárias não estavam mais sendo reembolsadas a conta do convênio;

s) a maioria das movimentações foi efetuada com "Transferência sem CPMF", portanto pessoas com mesma titularidade, mesmo quando o comprovante de despesa indica que os recursos eram destinados a terceiros;

t) por fim, verificou-se a ausência de correspondência entre a movimentação financeira e a relação dos gastos efetuados. Apenas para exemplificar, no período de março a junho de 2005 há apenas três débitos nos extratos bancários, entretanto, nesse período, ocorreram numerosos dispêndios, inclusive de valores elevados.

## CONCLUSÃO

16. O exame das ocorrências descritas na seção “Exame Técnico” permitiu definir a responsabilidade da Sra. Marly Assis de Andrade Feiger, solidariamente com a Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO, pelo valor total transferido de R\$ 198.114,00 (valores históricos), mediante o Convênio 48/2003 (Siafi 487491), em razão da ausência de documentação e informações que permitissem a emissão de parecer conclusivo quanto aos aspectos físicos do citado convênio. No aspecto financeiro, foram apontadas diversas irregularidades, com indícios de malversação dos recursos, para as quais a gestora da entidade conveniente não apresentou justificativa. Desta feita, cabe propor a citação dos responsáveis na forma a seguir.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

17. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) Citar solidariamente, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa e/ou recolha aos cofres do Tesouro Nacional as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos por força do convênio nº 48/2003 e termos aditivos, Siafi 487491, celebrado entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA e a Associação dos Produtores Alternativos no estado de Rondônia – APA/RO, em razão das seguintes ocorrências:

**Irregularidade:** Não cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho do convênio, e irregularidades com indícios de malversação na utilização dos recursos repassados pelo órgão concedente, conforme descrito nos parágrafos 14 e 15, e que foram lastreadas com o Parecer Técnico nº 198/2007 GEPRO/FNMA e com o Parecer Financeiro nº 63/2008 CORE/FNMA.

**Dispositivos legais infringidos:** art. 70 da Constituição Federal, art. 84 do Decreto-Lei nº 200/1967, art. 8º da Lei nº 8.443/1992, art. 148 do Decreto nº 93.872/1986, art. 38, incisos II e III, IN/STN nº 01, de 15/01/1997, IN/TCU nº 56/2007 e Resolução/TCU nº 155/2002.

**Responsável:** Marly Assis de Andrade Feiger CPF: 618.968.452-15

**Cargo:** Presidente da Assoc. dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia - APA

**Endereço:** Rua Gonçalves Dias, 3.671 – B. Floresta, Ouro Preto do Oeste/RO CEP: 78950-000.

**Responsável solidário:** Associação dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia – APA. CNPJ: 63.788.020/0001-99

**Endereço:** Rua Gonçalves Dias, 3.671 – B. Floresta, Ouro Preto do Oeste/RO CEP: 78950-000.

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6.374,00	26/12/2003
6.374,00	26/12/2003
10.458,00	26/12/2003
5.061,97	26/12/2003
4.697,03	26/12/2003
699,00	29/4/2004
49.795,00	18/6/2004
49.335,00	18/6/2004
65.320,00	27/12/2004

Valor atualizado até 29/1/2015: R\$ 348.810,69

b) informar aos responsáveis que, caso venham a ser condenados pelo Tribunal, os débitos ora apurados serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU;



c) encaminhar cópia da presente instrução e da peça 9, que contém os pareceres técnico e financeiro supracitados, aos responsáveis, a fim de subsidiar o atendimento das medidas requeridas.

TCU/SECEX/RO, 29 de janeiro de 2015.

*(Assinado eletronicamente)*

**SAMIR FREITAS MAIA PORTO**  
**Auditor Federal de Controle Externo**  
**Matrícula 10.174-5**

**ANEXO I – MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO**

Irregularidade	Responsável	Período de Gestão	Conduta	Nexo de Causalidade	Culpabilidade
Descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho do Convênio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia – APA. CNPJ: 63.788.020/0001-99;</li> <li>Marly Assis de Andrade Feiger, CPF: 618.968.452-15.</li> </ul>	Exerceu a Presidência da Associação em todo período de vigência do Convênio que foi de 19/12/2003 a 31/7/2005.	Não executou ou executou de forma parcial as metas estabelecidas no plano de trabalho do Convênio.	Não cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho do convênio.	A Presidente não cumpriu as metas estabelecidas no acordo pactuado, descumprindo assim as normas do Termo do Convênio e da Legislação que rege o instrumento. E não há informações nos autos que conclua-se pela ocorrência de boa-fé.
Irregularidades na utilização dos recursos repassados pelo órgão concedente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia – APA. CNPJ: 63.788.020/0001-99;</li> <li>Marly Assis de Andrade Feiger, CPF: 618.968.452-15.</li> </ul>	Exerceu a Presidência da Associação em todo período de vigência do Convênio que foi de 19/12/2003 a 31/7/2005.	Utilizar de forma irregular os recursos repassados pelo órgão concedente.	Utilização dos recursos de forma irregular tais como: aquisição de produtos não alimentícios descrito no item “h” do parágrafo 18.	A Presidente descumpriu as normas do Termo do Convênio e da Legislação que rege o instrumento. E não há informações nos autos que conclua-se pela ocorrência de boa-fé.
Não comprovação dos recursos utilizados na consecução dos objetivos do convênio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia – APA. CNPJ: 63.788.020/0001-99;</li> <li>Marly Assis de Andrade Feiger, CPF: 618.968.452-15.</li> </ul>	Exerceu a Presidência da Associação em todo período de vigência do Convênio que foi de 19/12/2003 a 31/7/2005.	Não comprovar os pagamentos efetuados com despesas consecução dos objetivos do convênio.	Não comprovou a realização dos pagamentos efetuados.	É dever do gestor manter em arquivo os comprovantes de pagamentos das despesas realizadas do Convênio. Assim como é razoável exigir de um gestor diligente que ele mantenha em arquivado toda documentação.

